



Fundação Cuidar o Futuro

PRESENÇA 17

Fundação Cuidar o Futuro

NA CAPA: DESENHO DE *LOURDES CASTRO*

ABRIL 1957

presença



Redacção: Av. Duque de Loulé, 90, r/c-D.

EDITADA PELA J. U. C. F.
FILIADA NA PAX ROMANA

SUMÁRIO

Bifurcação

Fome para 1.700 milhões
de pessoas

No mundo maravilhoso
do mais simples

Aplicações da Radioacti-
vidade

Conceitos de liberdade

A Técnica ao serviço do
homem

Liberdade e História em
«Guerra e Paz»

Fernando Pessoa

Os médicos católicos in-
terrogam o Santo Pa-
dre sobre questões re-
ligiosas e morais rela-
cionadas com a analgia

Em «Fome para 1.700 milhões» enuncia-se um dos problemas que nos tempos de hoje mais afflige a humanidade, e que levanta a um pessimismo desesperado, se, a atenuá-lo, o homem não dispusesse de uma poderosa arma; é dela que nos fala «O mundo maravilhoso do mais simples»; que não se trata de mera especulação teórica provam-no as aplicações que essa nova energia vem tendo em tantos sectores da vida humana.

A radioactividade oferece-se ao homem como coisa neutra em si, dependendo dele que redunde em sua glória ou destruição; está em cheque o problema da sua liberdade — «Conceitos de liberdade».

Em «Técnica ao serviço do homem» esclarece-se o conteúdo da noção de técnica e profissionalismo.



Fundação Cuidar o Futuro

Com a aprovação da Autoridade Eclesiástica

Composto e impresso na Tipografia Cardim, Lda. — Cascais



BIFURCAÇÃO

Na sexta manhã do mundo, criou Deus o Homem. E, porque ele era a mais perfeita das criaturas terrenas, sobre todas as até então criadas lhe conferiu o Senhor direito de posse. Este dependerá, porém, essencialmente de uma escolha da vontade livre: fazer, ou não, um acto de submissão de criatura para com o seu Criador.

Mas, na euforia do poder de que se vê investido, o Homem não aceita limites. E escolhe a recusa.

Com ela atrai a dor, a incerteza, a pena, a insatisfação, a morte; e, no mesmo instante, a Natureza furta-se-lhe à entrega dócil.

Ficará, assim, até ao fim dos tempos numa semi-hostilidade, que o homem se esforça por dominar, porque, apesar de tudo, foi a ele e a mais ninguém que Deus instituiu senhor.

Como no primeiro dia, a opção mantém-se. O Homem continua a fazer a sua escolha. Boa. Má. Em qualquer dos casos, escolha livre que Deus respeita, porque respeita infinitamente a dignidade da alma humana. Permite-lhe desvendar segredos escondidos no mistério dos seres e das coisas, chamando-o, assim, a participar da Sua Sabedoria Eterna, mas de cada vez que novas revelações lhe vão sendo feitas, também de cada vez se lhe bifurca, em frente, uma escolha a renovar: glorificação pessoal ou glória Divina? Utilização do segredo recém-conquistado para o serviço do próximo ou para a sua ruína e destruição?

Pela inteira responsabilidade, que assume, na realização dos seus actos, é que o homem se agiganta em relação às outras criaturas do mundo visível. E, contudo, é precisamente dessa marca distintiva da sua dignidade que mais frequentemente se demite, quando multiplica desculpas para justificar as suas atitudes de negação.

Únicamente, deseja para si a inconstância das crianças e das aves; ou, em horas negras, inveja a total, pesada ausência de reacções das pedras.

Até quando ignorará ele ou continuará a esquecer, voluntariamente, o seu mais honroso título: o de ser responsável?



fome para 1.700

Nos últimos anos, especialmente após a 2.^a Guerra Mundial, o cinema e a imprensa de todo o mundo têm vindo a divulgar largamente as difíceis condições de vida da maioria da humanidade, nomeadamente no aspecto alimentar. Assim, tornou-se vulgar falar e ouvir falar da fome no mundo, que surgiu como uma das mais prementes questões da actualidade. Com o conhecimento que dela tomou a opinião pública, a generalidade dos países apareceu com toda a intensidade de um verdadeiro problema; Problema à escala mundial, pois aparece em todos os continentes, afecta realidades essenciais e requer soluções de carácter supra-nacional.

Problema à escala mundial

De acordo com os trabalhos realizados pela ONU para a elaboração do «mapa da fome», após a última Grande Guerra, dois terços da população do mundo vivem sub-alimentados. Considera-se que se encontram nesta situação todos quantos não dispuserem de 2.700 calo-

rias diárias; ora, o conjunto da população dos chamados países «pobres» tem uma alimentação que lhe fornece, em média, apenas 2.150 calorias, nomeadamente na União Indiana, Indonésia e alguns países árabes, no primeiro dos quais não ultrapassa mesmo as 1.685 calorias diárias. Praticamente, a totalidade das populações na Ásia e na África, bem como na maioria dos países da América Latina, vive em situação de sub-alimentação, o mesmo sucedendo, embora em menor grau, na Europa Mediterrânica e Oriental. A situação aparece com toda a seriedade quando comparada com o nível alimentar dos países «ricos», de em média 3.040 calorias diárias por habitante.

O problema alimentar não pode ser, porém, suficientemente esquematizado pela simples consideração da capacidade energética dos alimentos de que dispõem os diferentes povos. Não basta uma alimentação quantitativamente abundante: é necessária uma dieta contendo variados elementos e perfeito equilíbrio entre todos. Também quanto a este aspecto é de gran-

de desfavor a situação dos países pobres; por exemplo os seus consumos médios de gorduras (36,8 grs. diárias) ou de proteínas animais (8,5 grs. diárias); e as disparidades ainda mais flagrantes quando particularizados os consumos em alguns países — por exemplo de carne: na Índia, 1 Kg. por ano por habitante; e no Paquistão, 5 Kg. Em comparação, com os 79 e 111 Kgs. por ano e por habitante nos E. U. e na Austrália. Finalmente, a falta de vitaminas e sais minerais, de recar em toda a alimentação pouco variada, provoca o aparecimento generalizado nas regiões pobres de várias doenças de carência — bócio, beriberi, pelagra, escorbuto, etc. — e favorece o enfraquecimento geral do organismo.

Pode-se talvez alegar que a miséria não é tão profunda como acaba de se apontar, uma vez que mesmo nos países sub-evoluídos camadas maiores ou menores de população vivem em condições satisfatórias e por vezes em grande abundância. A verdade inegável dessa realidade apenas significa, porém, que todas as restantes pessoas

milhões de pessoas



se encontram ainda em pior situação do que os valores médios deixam entrever.

Exceptuando-se, então, apenas os habitantes da América do Norte, da Europa Ocidental e da Austrália, toda a restante humanidade — salvo reduzidas minorias — depara na sua vida, mais ou menos intensamente, com carências alimentares.

Problema que afecta a vida toda

O problema da fome não é, porém, um problema isolado e a sua maior ou menor agudeza à superfície da terra pode-se considerar justamente como índice significativo do nível de vida geral das populações. Sendo a alimentação uma das primeiras necessidades, a sua imperfeita satisfação faz supor dificuldades inevitáveis, levando à satisfação ainda mais imperfeita das necessidades menos prementes. A fome no mundo mantém, portanto, estreitas relações de interdependência com toda uma série de difi-

culdades e baixos consumos no que respeita a vestuário e habitação e, mais acentuadamente ainda, quanto à educação, não devendo ser considerado isoladamente mas em ligação com a situação económica geral.

E, em relação à vida do homem, podem-se sintetizar em 2 pontos as consequências da extrema pobreza, de que a fome é um dos elementos determinantes, talvez o fundamental, mas não o único.

Em 1.º lugar, *vida curta*: o aspecto mais saliente, do encurtamento da vida nos países pobres, é fornecido pelas elevadas taxas de mortalidade, consequência em parte da má alimentação — em cada 60 milhões de mortes (média mundial por ano) calcula-se que 30 a 40 milhões sejam devidos à má nutrição — em parte da falta de educação e de higiene — especialmente notória, quando se focam as causas da mortalidade infantil — e em parte por falta de cuidados médicos — comparemos, por exemplo, as taxas de mortalidade pela tuberculose nos países ricos e pobres, respectivamente 64 ‰ e 333 ‰.

Também a esperança de vida

à nascença é, nestes últimos países, muito baixa. E isso é devido, quer à elevada mortalidade nas primeiras idades, quer às difíceis condições de existência que encurtam a vida. A correlação entre a esperança de vida à nascença e a prosperidade económica é flagrante: cito 6 países, indicando entre parênteses a longevidade média dos respectivos habitantes — União Indiana (32 anos), Congo (37), Espanha (47), Argentina (57), França (64) e Holanda (71).

Em 2.º lugar, *vida dura e empobrecida de potencialidades*: Tem-se reunido inúmeros indicadores que documentam difíceis situações, no que respeita a vestuário e habitação, ausência quase total de determinadas comodidades largamente vulgarizadas em outros países, exiguidade dos serviços médicos e de ensino, etc. Indico, a seguir, alguns valores médios referentes ao grupo dos países ricos e ao grupo dos países pobres, que documentam, em relação a vários sectores de consumo, a posição de extremo desfavor dos segundos.

Côsumos	Países Ricos	Países Pobres
Alimentação — calorias por dia e habitante	3,040	2,150
Tecidos — Kg. por ano e habitante	8,45	2,18
Energia mecânica — Cv hora, por dia e habitante	26,6	1,2
Telefones — n.º por 1.000 habitantes	90	2
Médicos — n.º por 1.000 habitantes	1,06	0,17
Professores primários — n.º por 1.000 habitantes ...	3,98	1,76

O teor de vida das populações dos diferentes territórios é, pois, profundamente afectado pela prosperidade económica dos mesmos, aparecendo assim com toda a sua importância a acção a empreender para a satisfação das dificuldades alimentares, e outras, que actualmente pesam sobre a maioria da humanidade.

*
* * *

Até aqui, analisamos *objectivamente*, e muito em resumo, o problema da fome no mundo, delimitando-o e apresentando alguns elementos fundamentais que permitiram evidenciar a complexidade e vastidão da sua natureza. Resta estudar qual a posição que nos cumpre tomar perante ele.

Face a qualquer fenómeno, é-nos pedido, num 1.º momento, que procuremos compreendê-lo e, na medida do possível, explicá-lo, em condições de imparcialidade, como se não nos dissesse respeito...; interessa en-

tão, apenas, perceber a realidade. Assim procedemos, até agora.

Contudo, num 2.º momento, dispensados do desinteresse, até aí imprescindível, é-nos pedido que valorizemos o fenómeno, tomando posição. Reconhecendo-lhe valores positivos ou negativos, preparamos, para um 3.º momento, uma acção na realidade. E, se há fenómenos perante os quais podemos permanecer distantes e indiferentes, a fome de milhões de nossos irmãos não é, evidentemente, um deles. O grau de empenhamento em tal questão torna, mesmo, mera preocupação teórica — impossível de realizar na prática — a distinção entre os 3 tipos de pensamento apontados: ao tomarmos conhecimento de quaisquer dificuldades, em que se encontrem semelhantes nossos, e não podendo alhear-nos do sofrimento que sabemos daí resultar, tomamos inevitavelmente posição, considerando condenável que tal estado de coisas subsista e surgindo-nos o desejo de tra-

balhar, de fazer qualquer coisa, para que essas dificuldades desapareçam.

Assim se explicam os inúmeros artigos e relatos aparecidos sobre o problema da fome; para pôr diante de nós uma realidade indesejável, na convicção de que, uma vez conhecida, não poderá subsistir por muito tempo.

Existe, porém, o perigo de que, ao focar problemas tão graves e ao mesmo tempo tão vastos, como este, nos habituemos a permanecer inactivos, apesar da seriedade da situação, convencidos da nossa incapacidade para qualquer acção eficaz, desesperados — mesmo antes de tentar — de conseguir qualquer modificação na realidade.

Contra esse perigo nos devemos precaver, pois, condescender com tal passividade, que tende a surgir em nós, seria pactuar com um estado de coisas reconhecidamente indesejável, renunciando a todo o esforço. Quando mais nada nos restar fazer, poderemos ainda

sofrer, solidários com todos os que sofrem na miséria; nunca, porém, conviver pacificamente com tal situação.

Contudo, o empenhamento na resolução do problema é-nos, ainda, especialmente exigido pela sua directa proximidade em relação a nós.

Em 1.º lugar, *porque o problema da miséria* de enormes multidões não é problema alheio; é também o nosso problema de portugueses. É o problema de mais de 10 milhões de portugueses do Ultramar, de que tantas vezes nos esquecemos. É o problema de grande número dos 8 milhões e meio de portugueses da Metrópole, cuja alimentação média (2.440 cal. diárias) está, ainda, abaixo do mínimo e cujas condições de vida, em geral, são muito precárias, apenas comparáveis na Europa às da Espanha, Itália meridional e alguns países balcânicos.

Problemas de todos quantos vivem da caridade pública ou privada, talvez isolados na nossa própria rua em alguma cave, água-furtada ou vão de escada, com certeza nas vielas, pátios ou «ilhas» do nosso

bairro e na orla citadina das furnas e bairros de lata.

Problema das camadas de mais baixos rendimentos do povo das nossas províncias, vivendo em condições terrivelmente desumanas, no Alto Minho ou nas Beiras, no Douro ou em Trás-os-Montes.

Problema, também, das populações industriais trabalhadoras, cujo salário médio é de 23\$40 diários (sem entrar em correcção com os dias de desocupação) quantos esforços de equilíbrio não serão necessários para subsistir face, por exemplo, ao custo da alimentação e da habitação?

Em 2.º lugar, *porque podemos, desde já, ajudar a resolvê-lo.* As baixas capitações de rendimento e todos os índices de fracos consumos que quisermos reunir, mostrando a pobreza do nosso povo são, em última análise, indicadores da falta de recursos para satisfazer todas as necessidades. Isto é, da insuficiência da nossa produção de bens e serviços.

O problema está, pois, por um lado em produzir, em criar por métodos mais eficientes tudo que actualmente, faz falta.

Produção a que todos somos chamados, cada um no seu posto, e que depende do que quisermos e soubermos render. Por outro lado, o problema é de distribuição; de atribuição a todos os portugueses do que for necessário à sua vida. Assegurar que uns não tenham de mais, à custa do que outros têm de menos, e que a uns não se peçam esforços suplementares, quando a outros se reconhecem facilidades excessivas.

O problema da fome é, para nós, um problema de fomento e um problema de justiça social!

Ora nós podemos trabalhar, desde já, para uma produção mais abundante, pela seriedade que pusermos no estudo, preparação única para o desempenho das funções que formos chamados a desempenhar; e podemos, também, formar a nossa consciência em espírito de justiça e no amor aos nossos irmãos.

Como deverão ser os anos do nosso curso — trampolim para uma posição confortável, ou esforço sério de preparação profissional e de formação deontológica?

J. M. S.

Notícias de Pax Romana

- O Comité Directivo de Pax Romana — M.I.E.C. terá a sua terceira reunião ordinária em Roma. Simultaneamente realizar-se-á a XI assembleia plenária do M.I.I.C. com o tema «Os intelectuais na comunidade mundial em formação». O Santo Padre receberá em audiência particular os dirigentes da Pax Romana.
- O Secretário Geral do M.I.E.C. acaba de fazer uma visita aos grupos africanos do M.I.E.C. afim de preparar o Seminário Africano a realizar provavelmente em Dezembro próximo,

O que é o átomo?

Vamos procurar dar um relato sucinto, plenamente convencidas de que é incompleto e necessariamente elementar.

Segundo a teoria de Rutherford-Bohr, as partículas elementares que constituem o átomo são essencialmente o electrão, o protão e o neutrão. O electrão possui uma massa cerca de 1800 vezes menor que a dos outros 2 corpúsculos e uma carga eléctrica negativa.

Em virtude da sua grande massa relativa, o protão e o neutrão costumam chamar-se partículas pesadas, tendo o protão uma carga positiva e o neutrão conforme o nome sugere, um equilíbrio que caracteriza o estado neutro.

Além destas partículas, conhecem-se outras, também consideradas constituintes básicas da matéria, mas de menor importância, como o positrão, o mesão e o neutrino.

Num corpo qualquer estas partículas não se aglomeram em desordem, mas, pelo contrário, dispõem-se, segundo uma ordem rigorosa, que é sempre a mesma em cada unidade primária de uma substância simples de elemento.

Estas unidades primárias, é que têm o nome de átomos, que são, portanto, as menores porções de matéria, em que se manifestam as propriedades características dos elementos.

Como se agrupam as partículas elementares no átomo?

Aceita-se, aliás com boas

No mundo maravilho

**Passados tantos séculos de ciência
tantos recursos, encontram os homens
mais pequena**

É possível que o conceito de átomo tivesse nascido, inicialmente, das especulações cosmológicas, e nas civilizações antigas do Egipto, da Índia ou da Babilónia. Contudo, foi somente no 1.º período da existência da filosofia grega que os átomos apareceram como base de um sistema filosófico.

Meditando sobre os fenómenos naturais quotidianos, os filósofos tiveram a intuição da existência de um princípio que se encontra na essência da constituição de todos os seres. Tal princípio era

para Tales de Mileto «a água», para Anaximenes o «ar», para Heráclito o «fogo». Para Anaximandro, contudo, esse princípio não era nada de concreto, antes qualquer coisa de indefinido, que se podia transformar sucessivamente em todas as coisas.

As concepções atómicas reaparecem neste período e entram, de uma forma mais ou menos vaga, nas



so do "mais simples"

amadurecidas tantas teorias, esgotados a solução de grandes problemas na parte da matéria



construções das diversas teorias científicas, tais como as de Galileu, Gassendi, Boyle, Boscovich e Newton. Porém só nos começos do século XIX o inglês Dalton deu início à fase científica propriamente dita do conhecimento da matéria, a que posteriormente os trabalhos de Gay-Lussac, Avogadro e Ampère forneceram uma contribuição decisiva.

Com o evoluir da Física, outros fenómenos trouxeram a sua contribuição para o estabelecimento da teoria atômica, tais como o movimento Erowniano, cujo estudo teórico foi realizado, por Einstein. Assim foi-se radicando, cada vez mais, a convicção da existência dos átomos e das moléculas que estão num estado de agitação e que o calor contido nos corpos é a medida da energia cinética dessa agitação.

provas, que os prótões e neutrões de cada átomo se agrupam numa região chamada núcleo, em torno do qual os electrões se movem com enorme velocidade.


Na maior parte dos elementos, este núcleo mantém-se permanentemente estável, devido às forças internas de coesão. Por outro lado, os electrões, em número igual ao dos prótões, giram em órbitas externas ao núcleo que mantêm entre si «intervalos» bem determinados e fixos. O número de órbitas aumenta, segundo a complexidade. As órbitas também se costumam denominar níveis da energia, devido à constante de energia associada a cada electrão.

Foi, ainda, graças aos trabalhos de Bohr, nomeadamente no que se refere ao átomo de hidrogénio, que se estabeleceram os postulados seguintes:

Entre as órbitas, que a Mecânica Clássica indica como possíveis para o electrão, em torno do núcleo atômico, só algumas dentre elas, formando uma série descontínua, podem ser descritas pelo electrão, sem irradiação de energia electrónica. Essas órbitas chamam-se órbitas estacionárias e caracterizam os estados energéticos estacionários do átomo.

Num estado estacionário, o átomo não emite nem absorve energia. As órbitas estacionárias podem ser determinadas por uma regra de quantificação.

Sabemos, ainda, que cada electrão do átomo, quando percorre uma trajectória estacio-



nária, é definido por 4 números quânticos.

O núcleo exerce uma certa força atractiva sobre os electrões, em consequência da sua carga positiva, força esta que é igual e directamente oposta à força centrífuga originada no movimento de translação dos electrões, do que resulta uma estrutura altamente equilibrada. Os electrões e os corpúsculos nucleares estão animados de movimentos de rotação e todas estas propriedades permitem comparar o micro-cosmos atómico ao sistema solar.

Uma vez que não difere de uns para outros elementos a natureza das partículas fundamentais, conclue-se que as diferentes propriedades físicas e químicas derivam da quantidade de corpúsculos existentes no átomo de cada elemento e da repartição dos electrões nas respectivas órbitas.

De uma maneira geral, podemos dizer que as propriedades químicas dos elementos dependem dos electrões situados na órbita periférica e estão intimamente relacionadas com a tendência revelada pelos átomos de possuírem, na sua órbita periférica, o número máximo possível de electrões.

Ao número total de cargas positivas do núcleo dá-se o nome de número atómico. Dois átomos com o mesmo número atómico, isto é, com o mesmo número de protões é, portanto, de electrões, mas com número desigual de neutrões, dizem-se isótopos e as suas propriedades físicas variam devido à diferença de massa.

Posto isto, vejamos algumas características dos átomos: dos resultados experimentais, calculam-se que o raio do átomo é cerca de 10.000 vezes maior que o do núcleo. Representando o núcleo por uma esfera com 1cm de raio, as órbitas dos electrões encontrar-se-iam a uma distância mínima de 100 m. Conclua-se, daqui, que o átomo é um sistema predominantemente vazio. Se a matéria nos surge compacta é devido à acção das forças eléctricas atractivas dos seus componentes por um lado, e à imperfeição dos nossos sentidos, por outro.

Além da teoria atómica de Bohr, de que temos estado a falar, outras há como por exemplo as que se baseiam na Mecânica Ondulatória, segundo a qual cada partícula da micro-física, electrão, protão, fotão, é acompanhada de uma onda que define a sua natureza estatística. Devido à natureza estatística do movimento destas partículas, não se podem determinar, com igual e ilimitada precisão, as variáveis que definem a posição do corpúsculo e os componentes da sua velocidade, como também a energia das partículas e o instante em que se faz essa determinação.

Que é a Radioactividade?

Os átomos da maior parte dos elementos têm uma vida ilimitada. Alguns, porém, como o rádio, urânio e tório, transformam-se espontaneamente em outros átomos diferentes, por um fenómeno de desintegração

natural, que o homem não pode alterar. Esses elementos são as substâncias radioactivas. A sua transmutação acarreta variação do número atómico e portanto da constituição nuclear.

A designação de radioactivo provém de que a transmutação é acompanhada de radiações e são estas que, por vezes, denunciam a presença de elementos radioactivos.

As radiações emitidas são constituídas por partículas alfa e beta e por uma radiação gama.

A partícula alfa é constituída, como se verificou experimentalmente, por um núcleo de átomo de hélio. Segundo Gancov, estas partículas tendem a sair do núcleo, com a mesma velocidade; pode, porém, acontecer que a partícula, ao abandonar o núcleo, provoque a passagem de uma partícula do mesmo núcleo de um nível para outro nível de energia superior. A partícula alfa aparecerá com uma energia que é a da partícula normal, diminuída da diferença de energias entre os dois níveis nucleares; por sua vez, a partícula do núcleo mudou de nível e tende de novo a vir ocupar o nível normal. Voltando à primeira posição, emite um «quanto» igual à diferença de energias entre os dois níveis. Esta teoria tem já confirmação experimental.

Quanto à partícula beta, emitida pelo núcleo, chegou-se à conclusão de que, para que o princípio da conservação da energia fosse aplicável às emissões de partículas beta, seria necessário admitir que juntamente

com a partícula beta seria emitida «qualquer coisa» que segundo a concepção dos físicos seria uma partícula neutra, com massa igual à do electrão ou mesmo nula, que se chama neutrino.

Como consequências da Radioactividade, temos: 1.º Descoberta de vários isótopos radioactivos e, a partir da isotopia, descoberta da isomeria nuclear.

2.º Possibilidade de determinar a idade da Terra.

Em 1919, foi conseguida, por Rutherford, a primeira transmutação artificial. Daí para cá, a física nuclear tem tido grande desenvolvimento. Citemos, por exemplo, a descoberta da radioactividade artificial, por Irene Curie e Frederico Joliot.

A física nuclear experimental continuou a progredir em ritmo crescente. Assim, em 1939, verificou-se que bombardeando urânio com neutrões havia formação de bário radioactivo. Admitiu-se a cisão nuclear, ou seja, a quebra do núcleo atómico em 2 núcleos diferentes.

Experiências seguintes confirmaram a hipótese e mostraram que a ruptura se podia dar de, pelo menos, quatro maneiras distintas.

Descoberta a cisão nuclear, dois factos chamaram a atenção dos cientistas: 1) a verificação de que, na ruptura de cada núcleo, se libertava uma energia da ordem dos 200 Mcv em segundo lugar, havia libertação de alguns neutrões por cada quebra nuclear.

Foi este facto de se produzir uma reacção nuclear, em que

um projectil — neutrão — libertava alguns projecteis, que levou a pensar que tal reacção se podia propagar em cadeia.

Apareceram, porém, inúmeras dificuldades, antes de se conseguir, em Dezembro de

1942 e 1.ª reacção em cadeia, com o que a possibilidade da utilização da energia atómica se tornou uma realidade.

**Helena Amorim e
 M.ª Teresa Bastos**

DICIONÁRIO ATÓMICO

Electrão — a mais pequena partícula que possui carga eléctrica negativa.

Isótopos — Substâncias com o mesmo n.º atómico e peso atómico diferente.

Isóbaros — Substâncias com o mesmo peso atómico e n.º atómico diferente

Neutrão — partícula eléctrica neutra de massa 1
N.º atómico — N.º de electrões do átomo igual ao n.º de protões.

Peso atómico — peso do átomo submetido à acção da gravidade — dado pela soma do n.º de neutrões e protões do átomo.

Positrão — partícula eléctrica positiva de massa igual à do electrão.

Protão — partícula eléctrica positiva de massa 1

Radioactividade — Propriedade de certos elementos de n.º atómico elevado se transformarem noutros espontaneamente emitindo radiações.

Raios alfa — núcleos de hélio, carregados positivamente.

Raios beta — electrões, carregados negativamente.

Raios gama — radiação do tipo raios x.

Transmutação — passagem de um átomo e outro diferente pela emissão de partículas alfa e beta.



Penetrando nos mais diversos abre a radioactividade um

Colaboração de **Maria Luísa M. de Mello, Maria**

na agricultura

Como se sabe, a alimentação é largamente servida pela actividade agrícola. E sabe-se, também, que dois terços da humanidade estão submetidos a um regimen de sub-alimentação, quer sob o aspecto energético, pelo inferior número de calorias no alimento que se ingere, quer sob o aspecto oculto, de carência de substâncias protectoras, como as vitaminas, substâncias minerais e aminoácidos essenciais ao metabolismo (¹).

Por isso, põe-se, com grande premência, a obrigação moral de elevar a produção agrícola ao nível das necessidades alimentares. Mas esta tarefa produtiva encontra, para a sua realização, obstáculos que a investigação científica vai removendo, mediante a solução de diversos problemas, dado que é «com a ciência que se resolvem problemas práticos».

Para a resolução desses problemas científicos no campo da Agronomia, para desvendar alguns segredos que envolvem a vida vegetal e seu crescimento, larga contribuição podem trazer os desenvolvimentos no uso da energia atômica, por exemplo, aplicando-se a técnica, por um lado extremamente poderosa, e por outro ex-

tremamente sensível, da radioactividade e dos isótopos radioactivos ao estudo dos processos fisiológicos que muito interes-

(Continua na página 14)

na indústria

O núcleo dos átomos pode transformar-se espontaneamente (radioactividade), ou devido ao bombardeamento com projecteis adequados (protões, partículas e, neutrões, etc.). Desta cisão do núcleo, resulta uma libertação de energia, a que se dá correntemente o nome de energia atômica e que melhor seria designar por energia nuclear. Nos últimos anos, conseguiram-se realizar reacções nucleares em cadeia, em que se libertam extraordinárias quantidades de energia, o que leva a prever que, no futuro, será a cisão nuclear que os homens irão buscar a sua principal fonte de energia.

Os dispositivos, em que hoje se liberta esta energia, chamam-se reactores nucleares. Até agora, os reactores têm servido principalmente para a produção de rádio-elementos artificiais, cuja aplicação na indústria é muito variada.



sectores das actividades humanas vasto campo de aplicações

Cândida Monteiro, Ana Cardigos e Francisca Isabel Pereira

A título elucidativo, indicam-se os principais isótopos de emprego industrial

<i>Isótopos</i>	<i>Aplicações</i>
Carbono 14	Química Orgânica Analítica; Metalurgia do ferro, etc.
Fósforo 32	Metalurgia; Química do fósforo, etc.

(Continua na página 14)

na medicina

No campo médico, a aplicação da energia atómica é, por enquanto mais uma grande promessa que uma conquista.

Algo de positivo temos a assinalar; mas ainda se está no começo (de uma curva ascensional, sem dúvida), já porque aqui, como em tudo cujo fulcro experimental é o homem, os progressos são lentos, já porque se tem de contar não só com os benefícios que essa energia pode trazer, como os efeitos nocivos de que ela é causa, os quais têm de ser eliminados ou, pelo menos, atenuados.

(Continua na página 15)

na investigação

Inclinado sobre o abismo das eras, procura o homem, para além da verdade do momento que vive, certezas sobre as épocas que o precederam há muito — preocupam-no problemas como o da Idade da Terra que habita: debruça-se em análise sobre documentos, múmias, tecidos, escritos. E a radioactividade, que no campo da investigação científica tem papel de relevante importância, pois permite, servindo-se de veículos de natureza química, conhecer o destino de determinadas substâncias, e uma vez conhecido, estudar as aplicações radioactivas ao organismo vivo, tem também no campo histórico larga aplicação: servindo-se de isótopos, torna-se possível a estimativa de idades geológicas pré-históricas; a análise da transformação do urânio em chumbo facilitará a avaliação da idade da Terra. Estendendo-se assim a todos os domínios da ciência, prática como de investigação, a radioactividade põe na mão do homem uma incalculável fonte de valores.

na agricultura

(Continuação da página 12)

sam à Agronomia, e cujo comando poderia contribuir, entre outras vias, pelo melhoramento da planta e pela cultura «sem solo», para o aumento de produtividade agrícola, no seu aspecto quantitativo e qualitativo.

No melhoramento das plantas, mediante as radiações, por exemplo, o genetista pode provocar mutações dos cromossomas e dos genes, de que resultem indivíduos vegetais com novas características de grande valor prático.

Pela aplicação da técnica dos isótopos radioactivos, em condições cuidadosamente controladas e envolvendo a planta em atmosfera de anidrido carbónico com carbono radioactivo, foi possível estudar, no processo vital de tão primordial importância como é a fotossíntese, as reacções, que nele se dão, e os compostos intermédios, que aí se originam, até à formação dos hidratos de carbono.

Com alguns radioisótopos, usando esta mesma técnica, tem-se contribuído para o esclarecimento de vários processos e para a provocação de diversos efeitos fisiológicos, tais como: a actuação dos hebrícidas colectivos no combate às ervas daninhas; a influência dos diversos alimentos na formação de produtos pecuários; a luta contra os insectos que destroem as culturas ou ocasionam quebras no rendimento agrícola.

Utilizando-se a amónia, contendo azoto radioactivo, vão-se esclarecendo alguns aspectos do metabolismo dos Prótidos, com benefício da prática fertilizante e do consequente rendimento cultural. Ainda sob estes aspectos, recorrendo-se a fósforo radioactivo, pôde obter-se informação sobre a alimentação fosfatada das plantas, o destino e o movimento do fósforo transportado para o solo pelos adubos, enfim, sobre uma melhor utilização

dos fertilizantes com respeito à quantidade, forma e modo de aplicação dos adubos fosfatados, em benefício do aumento de produção alimentar.

Tais são, numa brevíssima referência, alguns pontos em que o uso dos radioisótopos tem sido um grande recurso, não apenas para esclarecimento de muitos pontos obscuros, capaz de impulsionar o progresso agrícola, mas ainda para a realização directa dum progresso sob vários aspectos, dentre os múltiplos, em que, no futuro, intervirá numa escala imprevisível.

(¹) Vidé artigo escrito neste número — Fome para 1700 milhões de pessoas.

na Indústria

(Continuação da página 12)

Eléctrodo 35	Química Analítica; Siderurgia
Ferro 55	Metalurgia do ferro; Aços ligas corrosão desgaste lubrificação
Cobalto 60	Radio-metalografia

Uma das aplicações mais curiosas é, sem dúvida, a que preconiza a utilização dos radio-isótopos como sucedâneos do rádio para a radiografia das peças metálicas. Se é facto que a pesquisa dos defeitos dessas peças se pode fazer pelos raios X, é de considerar, no entanto, que as altas tensões necessárias exigem instalações caras e delicadas, havendo, pois,

vantagem de empregar a radiação gama do rádio.

Deparamos, porém, com uma dificuldade de ordem financeira, no que respeita à utilização deste elemento.

Graças ao emprego dos radio-isótopos, essa dificuldade deixa de existir, sendo possível realizar, por preços verdadeiramente acessíveis, fontes muito intensas de radiação gama. Outras vezes, aplicam-se para dar indicação de densidades, medidas do nível de um líquido, espessuras, etc.

O Carbono 14, por exemplo, utiliza-se para evidenciar a libertação dos gases tóxicos nas fábricas, principalmente, o óxido de carbono. Empregam-se, para o efeito, detectores apropriados, que se colocam nas fontes suspeitas de instalação, os quais dão o alarme, logo que exista, na atmosfera, um quantitativo superior à tolerância admitida.

Também nas indústrias químicas os radio-isótopos são de larga aplicação. A adição às matérias primas, dos radio-isótopos convenientes, permite seguir as transformações, passo a passo, tornando possível uma verificação contínua das diferentes fases do fabrico.

Se é certo que, até agora, os reactores nucleares têm servido, principalmente, para a produção de radio-elementos, não é menos exacto que a sua maior importância virá a ser, um dia, a de actuarem como potentes fontes de energia. Com efeito, enquanto a combustão de 1 tonelada de carvão fornece uma energia da ordem de grandeza dos 10.000 Watts, para produzir a mesma energia, por cisão do urânio, bastarão 400 miligramas de urânio.

É, este factor de redução, importantíssimo no consumo de matérias primas, que permite prever a importância que virão a ter os geradores de energia atómica.

na medicina

(Continuação da página 13)

No tratamento do cancro, substitui-se cada vez mais o Rádio pelo Cobalto. Utilizam-se bombas de Cobalto, destinadas a ser fontes de radioactividade, equivalentes a várias centenas de gramas de rádio.

Com o iodo radioactivo que se fixa sobre os tecidos de glândula tiroide, podem-se tratar tumores muito graves deste órgão.

Com os outros corpos radioactivos, podem-se saber quais as lesões orgânicas que determinam certas doenças, como as doenças de coração.

Mas vemos constituir-se não só novos métodos de tratamento médico, como novos métodos de diagnóstico, graças aos isótopos. Por meio dos isótopos «indicadores» podem-se diagnosticar e localizar tumores cerebrais utilizando albumina extraída do sangue, a qual se acrescentou iodo radioactivo. Injectando-o ele é fixado pelo tecido lesado. O registo das radiações, conforme as partes do crânio, permite reconhecer se existe um tumor; e, neste caso, localizá-lo e determinar a sua extensão e profundidade.

Também, graças aos isótopos, utilizados como «indicadores», podem-se estudar as causas e processos de cancros. Estes, com efeito, absorvem certos elementos radioactivos melhor que os tecidos ordinários.

A Medicina tem, assim, à sua frente, um novo campo a desbravar, campo, cujas poucas descobertas, feitas até agora, são um imenso estímulo para o trabalho de hoje e uma imensa esperança para o dia de amanhã.



Escondida misteriosamente, durante milénios, no íntimo do físico, pressentida por muitos através da história, revelou-nos a radioactividade como uma das armas do nosso tempo.

E porque a tem na mão, e porque ela é a arma das armas, gesto para que essa força caia sobre as coisas, benéfica ou destruidora, mais do que nunca, que o homem procure a justa hierarquia da vida.

Porque não actua impellido por um determinismo cego, mas pela vontade própria, e por isso com plena responsabilidade, é a fonte, no Bem e na Paz, a fonte imensa de recursos que o Criador nos deu.

Porque é livre, pesa cada um dos seus gestos na Balança da Vida.

Porque é livre, pesa cada um dos seus gestos na Balança da Vida.

Porque é livre, pesa cada um dos seus gestos na Balança da Vida.

Porque é livre, pesa cada um dos seus gestos na Balança da Vida.

Porque é livre, pesa cada um dos seus gestos na Balança da Vida.

Porque é livre, pesa cada um dos seus gestos na Balança da Vida.

Porque é livre, pesa cada um dos seus gestos na Balança da Vida.

Porque é livre, pesa cada um dos seus gestos na Balança da Vida.

Porque é livre, pesa cada um dos seus gestos na Balança da Vida.

Porque é livre, pesa cada um dos seus gestos na Balança da Vida.

Porque é livre, pesa cada um dos seus gestos na Balança da Vida.

Porque é livre, pesa cada um dos seus gestos na Balança da Vida.

Porque é livre, pesa cada um dos seus gestos na Balança da Vida.



Fundação Cuidar o Futuro

*mais íntimo do mundo
se finalmente ao ho-*

*as, e porque basta um
destruidora, é preciso,
dos bens e interesses.*

*as sim sob o impulso
necessário que empre-
pôs à sua disposição.*

*lança do Bem ou do
livre, deve olhar, bem
os de que dispõe; por-*

*ências estão na razão
asas, a sua mão se-
Progresso, Justiça, ou*

o, Vinganças.

*lembre, pois o homem do nosso tempo, o homem que desco-
o cofre mágico, cujo segredo é maravilhoso e terrível, que é
e daí colha a noção da responsabilidade, a ajustada visão da
deve actuar, e que a sua mão oriente as armas que Deus lhe
grande batalha da Caridade.*

«Não é o som; é o ruído que rompe o silêncio e o ofende.

A nossa época ruidosa não tem harmonias, nem silêncio. É pobre de «palavras», rica de «vozes». Faltam os espaços de meditação e de recolhimento. Vivemos dispersos na dispersão de mil coisas essenciais. Ao fim de um dia qualquer, vence-nos a fadiga; o silêncio não nos atrai. Com dezenas de encontros em cada dia, pontuais a todos, somos incapazes dum minuto de silencioso recolhimento, e chegamos sempre atrasados ao encontro com nós próprios, que oferecemos todas as noites a nós próprios? O ruído do mundo que passa, o rumor que, mesmo sem esforço, com um só instante de bondade silenciosa se desnecessaria. Falta-nos aquela sabedoria aconselhada pelo Imperador estóico — a sabedoria de dedicar ao recolhimento um momento da nossa jornada quotidiana, afastados do ruído do mundo. Um dia inteiramente «existencializado» não tem um único instante «essencial». Estamos a perder o sentido da existência essencializada, o apreço da palavra eficaz, do silêncio regenerador e frutífero. E supomos ficar vitoriosos, encadeados como estamos pelos acontecimentos epidémicos do «dia-a-dia» de privação da profunda poesia do quotidiano.

(do artigo «Silêncio e ruído. Palavra e voz»
da revista «Rumo» n.º 1 Março de 1957)



Escondida misteriosamente, durante milénios, no íntimo mais íntimo do mundo físico, pressentida por muitos através da história, revelou-se finalmente ao homem a radioactividade como uma das armas do nosso tempo.

E porque a tem na mão, e porque ela é a arma das armas, e porque basta um gesto para que essa força caia sobre as coisas, benéfica ou destruidora, é preciso, mais do que nunca, que o homem procure a justa hierarquia dos bens e interesses.

Porque não actua impellido por um determinismo cego, mas sim sob o impulso da vontade própria, e por isso com plena responsabilidade, é necessário que empregue, no Bem e na Paz, a fonte imensa de recursos que o Criador pôs à sua disposição.

Porque é livre, pesa cada um dos seus gestos na Balança do Bem ou do Mal. Porque é livre, deve olhar, bem a fundo os meios de que dispõe; porque as consequências estão na razão directa das causas, a sua mão semeará Alegria, Progresso, Justiça, ou Destruição, Odio, Vinganças.



«Não é o som; é o ruído que rompe o silêncio e o ofende.

A nossa época ruidosa não tem harmonias, nem silêncio. É pobre de «palavras», rica de «vozes». Falta-lhe os espaços de meditação e de recolhimento. Vivemos dispersos na dispersão de mil coisas essenciais. Ao fim de um dia qualquer, vence-nos a fadiga; o silêncio não nos atrai. Com dezenas de encontros em cada dia, pontuais a todos, somos incapazes dum minuto de silencioso recolhimento, e chegamos sempre atrasados ao encontro com nós próprios, que oferecemos todas as noites a nós próprios? O ruído do mundo que passa, o rumor que, mesmo sem esforço, com um só instante de bondade silenciosa se desvaneceria. Falta-nos aquela sabedoria aconselhada pelo Imperador estóico — a sabedoria de dedicar ao recolhimento um momento da nossa jornada quotidiana, afastados do ruído do mundo. Um dia inteiramente «existencializado» não tem um único instante «essencial». Estamos a perder o sentido da existência essencializada, o apreço da palavra eficaz, do silêncio regenerador e frutífero. E supomos ficar vitoriosos, encadeados como estamos pelos acontecimentos epidémicos do «dia-a-dia», desprovidos da profunda poesia do quotidiano».

(do artigo «Silêncio e ruído. Palavra e voz»
da revista «Rumo» n.º 1 Março de 1957)

Que se lembre, pois o homem do nosso tempo, o homem que descobriu a chave do cofre mágico, cujo segredo é maravilhoso e terrível, que é LIVRE! E que daí colha a noção da responsabilidade, a ajustada visão da maneira como deve actuar, e que a sua mão oriente as armas que Deus lhe confiou, na grande batalha da Caridade.



CONCEITOS DE LIBERDADE

Quando, pela primeira vez o homem se pensou, se curvou sobre a sua consciência, reduto impenetrável de paradoxos, compreendeu que era livre. Porque mesmo que a «natureza» viesse interpôr-se entre ele e a projecção exterior da sua escolha, nada poderia limitar o seu tomar de decisão.

E, desde então, latente em todos os pensamentos, presente em todas as filosofias, a liberdade surge com a silhueta do destino humano, como fonte de desespero ou como caminho de esperança.

Linhas que se cruzam obscuramente de todos os tempos, tendências que afloram a um primeiro plano trazem, hoje, mediante uma acentuação diferente, nova, correspondente ao tempo histórico, esse tema de sempre à meditação dos homens.

E assistimos, assim, no mundo moderno, a um conflito de humanismos, derivados, afinal, dessas diversas concepções de liberdade e de todos os conceitos que ela tem pressuposto. Cada um de nós, meditando esses problemas eternos, toma uma posição única, mas que se

integra, de forma mais ou menos precisa, nas grandes correntes do pensamento que agitam o nosso tempo.

Tempo perturbado de dúvidas e incertezas! Mercê de filosofias como o existencialismo, de tendências extremas como o racionalismo, das concepções materialistas do marxismo, há uma quebra de valores que se consideravam, há séculos. Há por assim dizer, uma revisão de tudo o que diz respeito ao homem, não a essa razão universal, abstracta, que congelou nos grandes sistemas do século passado, mas a esse «eu» concreto, único, subjectivo, nas suas grandezas e nas suas misérias.

E, por isso, constantemente tema do pensamento actual, a liberdade é o fulcro das grandes doutrinas. Perante a sua condição de ser livre, o homem é forçado a tomar uma atitude. E essa escolha, a cada momento, implicando a participação de todo o ser, é a fonte dessa luta sem tréguas, mediante a qual o homem se define e traça um caminho.

Todas as correntes de ideias actuais insistem neste ponto e

interpretam-no segundo as suas concepções básicas. Mas, em quase todas, numa generalização larga, há um desejo imenso de colocar o homem no centro do Mundo: o homem, de que se reconhecem, com uma sensibilidade penetrante, aguda, que quase atinge a dor física, todas as limitações, todas as impossibilidades, todos os nadas. Por um caminho obscuro, tortuoso, chamejante de revolta, imerso no desespero e na angústia, procura-se aquêla certeza cheia de paz, aquêla finalidade que se prolonga no Absoluto, aquêle reconhecimento do valor divino do humano, mensagem de sempre, desde que Cristo pregou a sua doutrina.

Como reconheço que sou livre?

O dia a dia é uma chamada continua: estou sempre na encruzilhada do caminho; posso escolher este ou aquele. De mim, dependem as minhas atitudes perante o Belo, o Verdadeiro, o Bom. Mas, afirmando ou negando, podemos integrar essa atitude em duas concepções diferentes: ou julgamos

reencontrar livremente um sentido dado a cada momento, a cada decisão ab eterno, mas a que podemos aderir ou não, ou julgamos criar qualquer coisa de novo, unicamente dependente de nós. O primeiro caso é o ponto de vista cristão; o segundo o ponto de vista do existencialismo, do racionalismo actual ou do marxismo.

A posição existencialista

«Boris compreenderá imediatamente: o nosso dever é fazer o que queremos, pensar o que julgamos bem, ser responsável apenas perante nós mesmos, por constantemente em dúvida tudo o que se pensa e todo o mundo. Boris assim construiu a sua vida e era verdadeiramente livre». (Jean Paul Sartre «*Les chemins de la liberté*»)

Este pequeno texto resume bem o pensamento do existencialismo ateu. O homem não se perde no Mundo, mas reage perante ele. Para além do «ser em si», ele é «ser para si», porque pensou e criou a sua existência. Mas pensou-a e sentiu-a profundamente saindo da sua própria imobilidade que o fez participar do ser em si, pois, como Sartre escreve:

«A existência não pode pensar-se de longe: é preciso que ela nos invada bruscamente, que pouse sobre nós, que seja um grande peso no coração como um enorme animal imóvel». («*La Nausée*»)

Então o líquido fluido representa a consciência dinâmica,

artifice da sua metamorfose perpétua, liberdade que é uma fatalidade caindo sobre nós.

«O homem é o único e soberano senhor do seu destino». (Sartre — «*Les Mouches*»)

Agindo, o homem cria-se a si próprio, vai-se definindo pouco a pouco, mas numa definição «que fica sempre em aberto».

O homem vive na medida que escolhe: por isso, para os existencialistas, é absolutamente independente. De tal forma que nem a liberdade pode comprometer-se numa escolha:

«... O engagement» deve ser livre mas nunca definitivo».

De resto, essa escolha é apenas acção, o momento, porque, se ela fosse conhecimento, integrava-se numa ordem estabelecida e deixava de ser intencional e livre. A escolha da existência pode ser escolhida por mim.

«Num certo sentido, escolhi nascer.»

(Sartre: «*L'Être et le néant*»)

Diante dessa escolha de cada momento, o homem sente uma terrível inquietação: angustiado, só, rodeado de nada.

«... ele podia fazer tudo o que queria, ninguém tinha direito de aconselhá-lo; para ele só existiria o Bem e o Mal, se os inventasse; à sua roda as coisas agrupavam-se, esperando, sem fazer um sinal, sem dar a menor indicação. Estava só no meio dum monstruoso silêncio, sem ajuda e sem desculpa, condenado a decidir sem

recurso, condenado a ser livre para sempre.

(Sartre: «*Être et le néant*»)

E, assim, Deus não tem lugar numa tal doutrina, porque limitaria o homem. O homem escolhe um caminho e essa decisão importa, apenas, como decisão, nunca como resultado. Porquê:

«... o meu crime é bem meu; reivindico-o à face do sol; é a minha razão de viver e o meu orgulho».

(Sartre — «*Les Mouches*»)


Neste mundo, que cria, o homem está só: ninguém lhe dá uma finalidade, uma orientação; está mergulhado, apenas, na sua dolorosa contingência.

É esta, a parte absurda, angustiosa do existencialismo. A sua concepção de liberdade acaba por ultrapassar a condição humana; no seu subjectivismo, torna-se ineficaz caindo, como nota Auguste Echverry, na ilusão do «Estóico», que pretendia suprimir o mal, negando-o. Por outro lado, o dinamismo das suas concepções, esse aspecto de luta para abrir um caminho, e a condição livre do homem como ponto de interesse fundamental, trazem a esta filosofia, pelo menos, o valor duma tentativa.

A posição racionalista

O racionalismo chega por caminhos diversos a pontos de vista semelhantes.

«O homem não assiste, apenas, ao espectáculo das coisas; nele se introduz a título de



actor e contempla o seu próprio desempenho através das coisas, sua projecção e seu reflexo».

«Brunschvicg — «L'expérience humaine et la causalité physique».

Também Brunschvicg se opõe aos sistemas conceptualistas. Agora, é o espírito que é puro dinamismo e assim absolutamente livre, autónomo.

«A criação no sentido mais positivo e mais forte da palavra caracteriza, portanto, a ordem da inteligência».

Essa autonomia do espírito podia opôr-se à experiência, se esta não fosse, também, considerada um acto do espírito.

A liberdade é, aqui, esse poder de criação que todo o homem possui, poder que se estende até ao domínio moral.

«Em todos os domínios, os heróis da vida espiritual são aqueles que, sem prestar atenção a modelos envelhecidos, a precedentes já anacrónicos, lançariam diante de si caminhos de inteligência e verdade para criar um universo moral, da mesma maneira que criaram o universo material da gravitação ou da electricidade».

É o esforço intelectual que eleva o homem ao plano moral, como o mesmo caminho conduz à verdade e à ciência.

Quanto a Deus, escreve Brunschvicg: «O ser absoluto não se sabe bem o que é».

(...) Deus é o verbo interior, em espírito e verdade».

Como no existencialismo,

também no racionalismo encontramos um desejo imenso do espiritual para além da matéria. Simplesmente, a sua concepção de Razão, como a Liberdade para o existencialismo, vão muito além da condição do homem — fazem-no senhor soberano, esquecendo a sua fragilidade, a ambiguidade de todo o seu pensamento, a incerteza de todos os seus juízos.

Dessa liberdade — razão que nada limita, Brunschvicg não tira as últimas consequências. Porque, se as tirasse, algumas das suas conclusões acabariam por invalidar-se: como é que essa liberdade total compreenderia o progresso? Desapareceriam as noções do homem, de Deus, de natureza, de espírito — como nota Blondel — perante essa razão, expressão livre e abstracta, continuamente evoluindo.

A posição marxista

O marxismo é mais uma tentativa para compreender o homem.

Mais uma vez, a mesma preocupação dominante: às ideias abstractas, substituir o pensar do homem e da sociedade concreta.

Não interessa já uma «interpretação» do mundo, mas a sua «transformação». Marx julga necessário penetrar nos acontecimentos para construir o futuro.

A natureza é dominada pela técnica ao serviço do homem.

«... para o socialista toda a pretensa história do mundo é, apenas, a produção do homem

pelo trabalho humano; portanto, o devir da natureza para o homem».

(Depenne—Oeuvres philosophiques)

E as ideologias passam a ser eco dos fenómenos económicos, e a verdade passa a ser subjectiva, histórica, circunstancial.

Engels afirma que «... o que se reconhece, agora, como verdadeiro, tem escondido o seu lado falso que aparecerá mais tarde, da mesma maneira que o que se reconhece, actualmente, como falso, tem o seu lado verdadeiro, graças ao qual pôde ter sido, antes, considerado como verdadeiro».

Assim, o justo ou o injusto avaliam-se, conforme a sua utilidade à classe.

A religião não é compatível com o homem livre consciente:

«O medo criou os deuses»
(Levin)

O marxismo tira, do trabalho humano, as suas concepções mais fecundas. Hoje, esse trabalho não é verdadeiramente compreendido: «há alienação da obra e do operário».

Mas o Marxismo trabalha para uma libertação futura, onde as condições do homem serão transformadas, para uma sociedade sem classes — paradoxo duma escatologia numa filosofia materialista.

Dominada a sociedade, os homens dirigirão, então, os acontecimentos e a liberdade será o ponto culminante para que tende a humanidade.

«A liberdade não é, pois, uma qualidade inerente à na-

tureza humana, mas o fruto maduro da evolução histórica». (M. E. Duhring: *Boulevard de la science*)

Mas, enquanto não chegam essas novas eras, ser livres depende apenas de cada homem — «é tomar consciência do determinismo do Universo para utilizá-lo».

É assim, no marxismo, não interessa a liberdade no seu aspecto metafísico ou psicológico. Ela é qualquer coisa de exterior ao homem, embora ele contribua para construí-la. Mas é que, nessa cidade futura, «o indivíduo coincidirá com a natureza humana. Não será, já, um homem, mas o homem absoluto».

E, assim, é mais com a sua mística do que com o seu conteúdo que o marxismo seduz tantos militantes. Essa esperança num mundo melhor arrasta muitos. Mas enquanto a sua reacção é verdadeira perante certas condições de trabalho, por outro lado o homem acaba por perder o seu significado

único e exclusivo, absorvido pela sociedade.

E nós, os cristãos?

Depois de meditarmos todas essas deturpações da liberdade, de termos avaliado, embora rapidamente, os erros, as ilusões, o desespero a que os homens foram levados por não a terem compreendido, voltamos os olhos para a concepção cristã. E reparamos que, para além das visões parciais, exclusivas, há um juízo universal.

Tudo o que de bom se encontra em cada sistema nela se encontra.

Também ela se dirige ao homem concreto, único, reconhecendo a sua dignidade como imagem de Deus.

Também ela lhe faz reconhecer as suas misérias e leva a meditar na morte... mas não deixa perdido no desespero e na solidão, antes o guia por um caminho de certezas e esperança.

Também ela o reconhece li-

vre na sua decisão, mas livre de dar o seu *consentimento* e de entrar ou não na harmonia perfeita do Universo.

Porque a liberdade é esse escolher entre um sim e um não, mas esclarecidos pela razão, iluminados pela fé.

Se a liberdade fosse, apenas, inteligência, encontraríamos Spinoza e o seu panteísmo; se fosse só vontade — chegaríamos ao irracionalismo de Sartre. Pelo contrário, ela reúne as duas, tendendo para essa simplicidade única, em Deus, em que pensar e querer são uma e a mesma coisa.

Em nós, há a repartição da vontade e da inteligência; mas, na medida em que fomos reconstruindo o sentido do mundo e do que representamos nele, ficaremos integrados nessa liberdade que nos precede.

E, na ordem eterna, poderemos escolher livremente um caminho, consentir, em plena consciência, em sermos nós próprios.

Maria Candida da Costa Reis

Por lamentável gralha tipográfica saiu errado na última «Presença» o n.º da série, que devia ser o 16 e não o 17, como por engano apareceu. Repetimos por isso, desta vez, esse mesmo número, apresentando aos leitores as nossas desculpas.



A Igreja ama e favorece os progressos humanos. É inegável que o progresso técnico vem de Deus; pode e deve portanto conduzir a Deus. O crente admira as conquistas da técnica, serve-se delas para penetrar mais profundamente no conhecimento da criação e das forças da natureza, que procura dominar com máquinas e instrumentos, afim de reduzi-las ao serviço do homem e ao enriquecimento da vida terrena.

(Pio XII, Radiomensagem de Natal, 1953).

O panorama, à primeira vista sem limites, que a técnica desvela aos olhos do homem moderno, reduz-se, por mais extenso que seja, a um aspecto parcial da vida no conjunto da realidade visto exprimir apenas as relações desta com a matéria.

Temos assim um panorama alucinante, que vem afinal a encerrar o homem — demasiado crédulo na imensidade e onipotência da técnica — numa prisão vasta mas limitada, e portanto com o tempo, insuportável ao seu genuíno espírito.

(Pio XII, Radiomensagem de Natal, 1953).

... À mente, que se deixa seduzir pela concepção da vida ditada pelo «espírito técnico» fica insensível, desinteressada e portanto cega, diante das obras de Deus, de natureza completamente diversa da técnica, como são os mistérios da fé cristã.

(Pio XII, Radiomensagem de Natal, 1953).

O nível de industrialização dos nossos dias criou-nos o hábito de termos a técnica permanentemente ao nosso serviço, e de tal maneira que o identificamos, para nós próprios, como um direito natural.

Mas não é apenas em relação à técnica concretizada em realizações materiais que o fenómeno se verifica. Não é apenas o direito de ir a Paris em três horas, de ouvir uma estação emissora do Brasil, de cozinhar em fogões com regulação automática, ou de usar roupas de tecidos sintéticos. É também o direito de julgar a «técnica» como expressão de profissionalismo e de avaliar os méritos da humanidade através do nosso padrão pessoal.

Qualquer de nós é livre de escolher o seu médico-

a técnica ao

-assistente, de não apreciar um determinado pianista, de criticar ásperamente um jogador de futebol, ou de rejeitar por inferior um serviço de cristal.

Este sentimento de submissão da técnica à vontade individual induz uma lei de formação da mentalidade da nossa época, traduzida num egocentrismo doentio, por extrapolação simplista de conclusões erradas.

Com efeito, um egocentrismo deste tipo enferma de um vício fundamental — o da divisão da humanidade em duas categorias distintas: a dos criadores e aperfeiçoadores, por um lado; e a dos utilizadores e críticos, por outro. E daí o paradoxo de, os melhores, serem julgados pelos piores.

Em consequência, o conceito da «técnica ao serviço do homem» só é coerente de facto, quando nele estiver implícito que o homem conquistou o direito de a ter ao seu serviço. É isso só se dá por uma inversão de dados do problema, de modo a definir, como ponto de partida, a posição do «Homem ao serviço da técnica»; ou, por outras palavras, em sentido mais lato, «a utilidade social do indivíduo».

A «Técnica», qualquer que ela seja, está na realidade ao serviço do homem, em geral; mas é necessário que cada indivíduo, em particular, se torne digno de

receber os seus benefícios, por reflexo da sua contribuição para o património colectivo.

A mãe que educa os filhos nos princípios da moral e do dever; o advogado que busca a verdade, para garantir a justiça; o escritor que se serve da ficção para abordar problemas históricos ou sociais; o cineasta que produz um filme com o exclusivo objectivo de divertir; todos eles exercem uma função técnica na sociedade, o que lhes dá a consciência de poderem usufruir, em toda a extensão, dos resultados da técnica para os quais não concorrem directamente.

Mas, para isso, é necessário que a mãe tenha a a técnica de educar; que o advogado tenha a técnica de procurar a verdade; que o escritor tenha a técnica

serviço do homem

Pelo Engenheiro Luís Almeida Alves

de escrever; que o cineasta tenha a técnica de fazer cinema. E estes atributos técnicos só se adquirem por um esforço persistente de preparação e entusiasmo, sem os quais a mãe seria uma má educadora, o advogado um mau advogado, o escritor um mau escritor e o cineasta um mau cineasta.

O indivíduo só atinge o pleno direito de usar o «profissionalismo» dos outros, através do seu próprio «profissionalismo». E este não se resume «a ter jeito», a «saber umas coisas» ou «a conseguir levar os outros». A Sociedade exige muito mais! Exige que o funcionamento da sua estrutura seja eficiente no conjunto, e isso implica como corolário imediato, a competência profissional de todos os seus elementos.

E nem se pode alegar, como desculpa para a hipótese de falta de eficiência, o exemplo das técnicas que, de qualquer modo, tenham redundado em Bem da humanidade. A Técnica faculta meios de acção, mas não imprime um sentido à sua finalidade.

É, nestes conceitos de Técnica e profissionalismo, que tem de apoiar-se a juventude de hoje, através dos seus desânimos e canseiras, para que os homens e as mulheres de amanhã possam consolidar, em definitivo, aquele direito ao serviço da técnica, que, por enquanto, apenas lhe é concedido a título de empréstimo.

Os homens impregnados do «espírito técnico» dificilmente encontram a calma, serenidade e interioridade requeridas para poderem reconhecer o caminho que leva ao Filho de Deus, feito homem.

(Pio XII, Radiomensagem de Natal, 1953).

O «conceito técnico da vida» não é portanto outra coisa senão forma particular do materialismo, conquanto oferece como última resposta à questão da existência uma fórmula matemática e um cálculo utilitário.

(Pio XII, Radiomensagem de Natal, 1953).

As rápidas e prodigiosas descobertas da ciência, que se encontram na origem destas técnicas (de difusão) são boas em si: são como um louvor ao Criador. Se postas nas mãos dos homens podem favorecer a difusão das verdades, do belo do bem, ou ser, pelo contrário, meios de corrupção individual ou colectiva, nem por isso o progresso científico tem em si, menos valor. Longe de o repelir, a Igreja aplaude-o de boa vontade e ensina os seus filhos a utilizá-lo para um fim útil e convida-os a desenvolver as maravilhosas possibilidades assim oferecidas à propagação da comunidade humana.

(Pio XII, à 42.ª Semana Social da França, 14-7-55).



UMA QUESTÃO QUE O CINEMA TORNOU ACTUAL

Liberdade e história em "GUERRA E PAZ"

pele P.^o Manuel Antunes S. J.

Nesta obra-prima — uma das maiores da literatura universal — devemos distinguir cuidadosamente os «factos» da «tese, o romance da filosofia que, no final, tenta repensá-lo *in abstracto*, traduzi-lo em termos universais.

Ao longo de quase toda esta imensa «iliada» de figuras e episódios, a vida fala por si. A vida. Com os seus trabalhos e os seus dias, com a sua paz e a sua guerra, as suas alegrias e as suas dores; com as estações que se sucedem às estações e com os planos que o homem estabelece mas o imprevisível faz abortar; com a sua unidade de tendência — por vezes, bem secreta — e com a sua diversidade de realização. A vida que se desenrola na estepe ou nos salões do *grand monde*; nas frentes de batalha, ruidosas, ou nos estados maiores, concentrados e meditativos; em pequenas herdades perdidas nos confins da Rússia infinita e milenária ou nas cortes da Europa napoleónica e anti-napoleónica, de 1805 a 1812. A vida que avança num ritmo largo e lento, que pode ter os seus rápidos mas que não resolve numa série de «crises». Por isso não encontramos, habitualmente, em Tolstoi nem as profundezas abissais de um Dostoevski nem o seu movimento vertiginoso. Mas encontramos, em compensação, um realismo mais integral, uma imagem mais natural e mais perfeita da existência dos homens.

Ao longo de quase todo este «Guerra

e Paz» fala a vida por si. Mas depois é o autor que fala em nome da vida. Para que este romance-epopeia conservasse, inteiras, a autonomia e a objectividade de grande criação, achamos preferível que o não tivesse feito. Porém, uma vez que julgou necessário fazê-lo, acompanhamo-lo no seu discurrir filosófico.

Como explicar a história? Qual o seu sentido? Qual o seu conteúdo? Tolstoi começa por eliminar certas teses explicativas, antigas e do seu tempo: a providencialista como a fatalista, a heróica tanto como a idealista.

Para ele, nem o recurso à Divindade, nem a afirmação do Destino — uma e outro, mitos transcendentais —, podem dar razão suficiente da «força que move os povos». Porquê? Muito simplesmente, responde o nosso autor, porque a ciência já não pode aceitar nem a Divindade nem o Destino.

Por outro lado, nem a vontade realizadora dos chamados génios superiores — dos heróis que deixaram na terra um vestígio, uma cicatriz — nem o poder das ideias sobre as acções dos homens podem satisfazer o nosso desejo de inteligibilidade, a nossa ânsia, natural, de achar um nexo de causa a efeito nos fenómenos históricos, precisamente esse nexo que, encontrado, permite formulá-los em leis. No primeiro caso, não, porque «restabelecendo as condições necessárias do liame entre aquele que ordena e aquele

que executa, verificamos que aqueles que ordenam tomam menor parte no acontecimento e que a sua actividade é consagrada exclusivamente a comandar»; no segundo, também não, porque por exemplo, não se vê conexão directa entre o *Contrato social* e o terror durante a revolução francesa.

Então em que consiste a história? Num jogo dialético de necessidade e liberdade.

Mas que é a liberdade? O poder de agir ou não agir, de agir desta ou daquela maneira? Não. Para o historiador, ela «não é mais que a manifestação do resíduo desconhecido do que conhecemos das leis que regem a vida do homem».

Por outras palavras: em história, a liberdade é uma ilusão de liberdade. Como temos o sentimento espontâneo de que é o sol que se move à volta da terra, imóvel, assim também temos a impressão de que somos livres e independentes das «leis do espaço, do tempo e da casualidade». Mas assim como, no primeiro caso, era «forçoso renunciar a admitir uma imobilidade que não existia e admitir o movimento que existe mas não sentimos; no caso presente, é análogamente necessário renunciar a uma liberdade que não existe e reconhecer a dependência que não sentimos».

Com esta comparação, que encerra o livro, acaba o autor por eliminar, de facto, o que antes parecera pôr em princípio: a afirmação da liberdade na necessidade, reduzindo aquela a esta. Como foi levado a isso? Pela tese de que a «história só é uma ciência na medida em que a liberdade é circunscrita por leis», de que «reconhecer em história a liberdade dos homens como uma força que pode ter influência nos acontecimentos históricos, o mesmo é que admitir, em astronomia, o movimento espontâneo dos corpos celestes».

Esta exposição, talvez um pouco en-

durecida e certamente demasiado breve, mostra quanto o grande criador que foi Tolstoi, no domínio da arte, nos aparece aqui, em filosofia, tributário do seu tempo. Do naturalismo, do cientificismo e do determinismo dos anos 60 do século XIX, data de «Guerra e Paz».

Tolstoi começa rejeitando, em nome da ciência, a explicação providencialista da história. Fala-lo porém com excessiva simplicidade, não distinguindo entre os vários providencialismos. De facto, poderá a visão providencialista da história, — a de um S. Ireneu como a de um S. Agostinho, a de um Paulo Orósio como a de um Bossuet — confundir-se com isto: «a vontade divina submete os povos à vontade de um homem predestinado, e, em segundo lugar, a mesma divindade dirige a vontade desse homem predestinado para o fim antecipadamente posto»? Por certo que não. O sentido desses teólogos da história — tão profundo quanto matizado — da acção de Deus e da liberdade do homem preservou-os de caírem em tal mecanicismo. Por isso, a interpretação que nos legaram — despojada, sem dúvida, de alguns exageros antropomorfistas, fruto de concretas imagens do mundo — é, ainda hoje, válida e tem continuadores da estatura de um Karl Barth, de um Oscar Cullman, de um Reinhold Niebhur, de um Jean Daniélou.

Mais. Em si, a interpretação providencialista, cujos princípios o Cristianismo nos fornece, constitui o estágio último de uma leitura da história feita em vários níveis de profundidade.

Tolstoi prossegue no seu trabalho de demolição, lançando o ridículo sobre as explicações pelo herói e pelas ideias. Em parte, ele tem razão. Mas, em parte, somente.



Com efeito, o antigo método histórico centrado em narrativas de batalhas, de dinastias, de alianças — por casamento ou não —, de sucessões, de partilhas, na descrição de costumes, na apresentação de ideologias encarnadas em homens superiores, esse método conduzia, com muito compreensível facilidade, ao «arbitrário» e ao «irracional».

Contra essa história, biográfica e moral, Tolstoi exige uma outra história: uma história formulada em leis. No que estamos de acordo com ele. Mas há que ver quais as condições que tornam possível essa formulação e qual a natureza dessas leis.

A história, para poder ser pensada em termos de universalidade, tem que ser vista de muito alto. Portanto, mais em largos conjuntos «enraizados na geografia, (...), nas técnicas, nas forças sociais, nos movimentos de grande amplitude» (Paul Ricoeur, *Histoire et Vérité*, pg. 93), do que nos factos concretos e individuais, embora deles se faça uma soma; mais de civilização para civilização, de ciclo para ciclo, de crise para crise, do que nos vários planos que, dentro da mesma civilização, ciclo ou crise, se sobrepõem ou dialécticamente jogam.

Na hipótese de serem formuladas leis, há que analisar, ulteriormente, o seu carácter. E este não poderá ser nunca de rigorosa necessidade. Se nem nas leis da natureza consegue sê-lo: nas leis físico-químicas, por exemplo.

Ora foi pendor bastante comum da filosofia e da antropologia, durante os séculos XVIII e XIX, tomar como modelo das ciências do homem as ciências da natureza. E, como estas eram pensadas nas categorias da estrita universalidade e da absoluta necessidade, essas mesmas categorias se aplicavam àquelas.

Dentro desse clima, se movia Tolstoi, no momento de escrever «Guerra e Paz».

Mas é evidente a extrapolação que ele realiza e que outros, antes ou depois

dele, realizaram também. A tendência a tudo racionalizar, a tudo situar no plano da exacta inteligibilidade, através de leis, levaria, no caso presente da história, ao limite de suprimir, nada mais nada menos que a própria história.

Com efeito, a história é uma «acção», um «drama» que tem o homem como protagonista. Neste acontecimento concreto, *este* homem concreto. Ora querer fazer do homem, em vez de um ser que age sobre a natureza e sobre os seus semelhantes, apenas um ser necessário, um instrumento do que não pode deixar de ser, é tirar à história o seu carácter essencial de acontecimento. De acontecimento concreto, realizado por um homem concreto ou por homens concretos. «A história é histórica — diz Paul Ricoeur — porque há acções singulares que contam, outras que não contam; homens que pesam, outros que não pesam; uma batalha perdida, um chefe que morre demasiado cedo — ou demasiado tarde! — e eis um destino mudado».

Toda e tanta influência do político sobre o histórico, da ideologia sobre a base civilizacional, poderia ser demonstrada com exemplos tirados da pátria de Tolstoi e sucedidos nos últimos decénios da sua vida. Qual teria sido a marcha dos acontecimentos na Rússia sem a doutrinação persistente de um Plekanov e sem a vontade titânica e realizadora de um Lenine? Teria existido Outubro de 1917? Precisamente com o carácter que a revolução assumiu? É, pelo menos, duvidoso.

Mas não insistamos. O que fica dito talvez baste por agora.

Que é a história? Um jogo real de liberdade e de necessidade, de heróis e de massas, de ideologia e de acção. E, sobre essa dialéctica, o jogo misterioso da Providência, feito de misericórdia e de justiça, de amor e de fidelidade ao Seu esígnio.

FERNANDO PESSOA



É sempre difícil e, conseqüentemente, quase sempre inexacta a caracterização de uma obra poética a partir de uma única coordenada. O verdadeiro poeta é demasiado rico de conteúdo humano para caber numa só dimensão; nele a unidade existe como resultante de várias forças diversas, contraditórias até, não como afirmação de uma única solução possível. O princípio, válido para qualquer poeta de vulto, é-o em particular para Fernando Pessoa, cuja impossibilidade de esgotar numa só perspectiva toda a realidade de uma mensagem imensa se concretiza na criação de três poetas heterónimos — Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos — todos eles dando um contributo próprio para a compreensão da totalidade dos aspectos que marcam a personalidade de Fernando Pessoa. Porque cada um tem algo de específico e distinto a comunicar; algo que só a ele define e se não identifica com a mensagem de nenhum dos outros, esquecer um deles seria negar uma parte do poeta e mutilar o significado da sua obra.

Os versos de Alberto Caeiro são a afirmação de uma coincidência integral entre a realidade e a aparência das coisas. São a renúncia a qualquer tentativa de espiritualização do material; têm a motivação uma atitude de não interpretação do mundo circundante, um intuito de captar a sensação antes de elaborada a percepção.

*Sou um guardador de rebanhos.
O rebanho é os meus pensamentos
E os meus pensamentos são todos sen-
sações.*

*Penso com os olhos e com os ouvidos
E com as mãos e os pés
E com o nariz e a boca*

As poesias de Ricardo Reis nascem de um pensamento sólidamente estruturado, de uma disciplina mental que o próprio Fernando Pessoa considera demasiado tersa. O culto de paganismo que as marca e a perfeição formal quase pretensiosa que as caracteriza conferem-lhes uma índole própria que as aproxima de certos poetas clássicos.

*Ponho na altiva mente o fixo esforço
Da altura, e à noite deixo,
E as suas leis, o verso;
Que, quando é alto e régio o pensamento,
Súbdita a frase o busca
E o 'scravo ritmo o serve*

Álvaro de Campos surge «em derivação oposta à de Ricardo Reis»⁽¹⁾, como exigência de uma capacidade emotiva que nem ele nem Caeiro poderiam esgotar. Os seus versos são o eco de uma inquietação que o não abandona; de uma ânsia constante de inatingível. Ao con-

(1) Carta a Casais Monteiro — Fernando Pessoa

trário de Alberto Caeiro, Álvaro de Campos não acredita numa coincidência entre o real e o aparente. Segundo ele, cada homem esconde um mistério indesvendável pelos outros; uma vida em que estes não penetram, mas que, nem por isso, é menos verdadeira.

Temos todos duas vidas:

A verdadeira, que é a que sonhamos

[na infância,

E que continuamos sonhando, adultos

[num substrato de névoa;

A falsa, que é a que vivemos em con-

[vivência dos outros,

Que é a prática, a útil

Aquela em que acabam por nos meter

[num caixão

Quanto a Fernando Pessoa ele mesmo, a sua poesia é marcada por três notas fundamentais, em certa medida também presentes nalgumas composições dos heterónimos: vago, subtilidade e complexidade; notas que a não definem numa síntese — vimos já que isso se torna quase impossível — mas que o integram, de uma maneira genérica, numa corrente de poesia portuguesa contemporânea. Aliás, é o próprio F. Pessoa quem, num ensaio sobre «A nova poesia portuguesa», nos fornece elementos que nos permitem a determinação do seu sentido exacto de cada um destes três termos.

Vago e obscuro não são conceitos sinónimos. Por poesia vaga não deve, pois, entender-se poesia confusa ou «confusamente expressa», mas poesia cujo conteúdo, enquanto realidade interior, inconcretizável pela insuficiência da palavra.

Ao longe, ao luar,

No rio uma vela,

Serena a passar,

Que é que me revela?

Não sei, mas meu ser

Tornou-se-me estranho,

E eu sonho sem ver

Os sonhos que tenho

Que angústia me enlaça?

Que amor não se explica?

É a vela que passa

Na noite que fica

A subtilidade reflecte-se num intuito de desdobrar imagisticamente uma sensação em várias outras que lhe reforçam o conteúdo. Numa composição como «Impressões do Crepúsculo» II, a sensação de silêncio resulta mais forte, depois de traduzida por uma série de imagens que a precisam.

Panis de roçarem ânsias pela minh'alma

[em ouro...

Dobre longinquo de outros sinos... Em-

palidece o louro

Trigo na cinza do poente... Corre um

[frio carnal por minh'alma

A complexidade nasce de uma preocupação de «encontrar, em tudo, um além»; dilata o sentido corrente de cada coisa, busca-lhe um complemento necessário. No mesmo ensaio sobre «A Nova poesia portuguesa», Fernando Pessoa alude, também, à complexidade, ao referir a possibilidade que existe para o poeta de intelectualizar uma emoção ou emocionalizar uma ideia. Precisamente, esta capacidade de conferir emoção a uma ideia pode considerar-se uma constante na obra de Fernando Pessoa. Ao focá-la, Adolfo Casais Monteiro diz: É que ele transformou, digamos assim, em emoções, os seus pensamentos; sensibilizou o cerebral; deu raízes de existência ao absoluto.

Porque a poesia pode não nascer directamente de um estado emotivo, enquanto dado primário, e radicar, em última análise, num elemento intelectual, posto a vibrar, é lícita a afirmação do poeta:

O poeta é um fingidor

Finge tão completamente

Que chega a fingir que é dor

A dor que deveras sente

*E os que lêem o que escreve,
Na dor lida sentem bem,
Não as duas que ele teve,
Mas só a que eles não têm*

Esta emocionalização da ideia que, se atendermos à opinião de F. Pessoa, se pode constatar em quase toda a poesia portuguesa contemporânea, é, porém, facilitada nele por uma tendência para a despersonalização que, desde muito cedo, o define perante si próprio. É, aliás, esta mesma possibilidade de despersonalização, concretizada, afinal, numa capacidade de viver várias vidas, que explica a criação dos heterónimos.

Mas, em que medida se aproxima ou afasta a obra de Fernando Pessoa, ele mesmo, da obra de cada um destes heterónimos? Analisado o conteúdo das suas mensagens respectivas, a conclusão é fácil. Alberto Caeiro é aquele cuja ideação mais nos surpreende, porque menos próxima se encontra do que se nos afigura normal em Fernando Pessoa. Ricardo Reis ultrapassa, em perfeição formal, o seu criador. Alfredo de Campos vence-o em capacidade de conferir vibração emotiva à ideia que serve de base a muitas das suas composições.

Maria Idalina Pereira

FÉRIAS NO ESTRANGEIRO

Devido à proximidade das Férias de Verão, e também porque muitos estudantes portugueses costumam passá-las no estrangeiro, incluímos algumas sugestões quanto a actividades de Federação católica estrangeiras, nas quais poderão, com proveito, tomar parte.

- **XXI Congresso Missionário Internacional de Universitários** organizado pelo Secretariado Missionário de Pax Romana (M.I.E.C.), em Setembro em Angers (França). Os principais temas a abordar serão: Contactos entre a Cultura Cristã e Culturas Africana e Asiática; Trabalho do Missionário leigo; acolhimento dos estudantes estrangeiros. Indicações mais completas podem ser obtidas, escrevendo para o Secretariado Missionário, Rue Namur 9, Louvain — Bélgica.
- **Encontro anual da Pax Romana em Gemen.** Terá lugar de 6 a 16 de Agosto, no Castelo de Gemen (Alemanha) com o tema «Autoridade e Liberdade». Para mais informações dirigir-se a K.D.S.E. 65 Koblenzerstrasse — Bonn — Alemanha.
- **XI Congresso anual da K. D. S. E.** de 31 de Julho a 5 de Agosto em Eidestatt — Baviera — O tema escolhido foi «Uma Igreja única num Mundo Unido» —
- **Semana de estudo sob os auspícios do M.I.I.C.,** durante a segunda quinzena de Setembro, no Instituto Social Noordeinde em Haia (Países-Baixos). O estudo será centrado no problema de cooperação dos Intelectuais Católicos, em ordem à promoção dos leigos nas Universidades Africanas.
- De 10 a 17 de Agosto, terá lugar a **XIIª Newman Summer School** na Universidade de Reading, tratando o tema: «A comunicação das ideias» — Podem ser obtidos mais detalhes, através da Newman Association, 31 Portman Square, Londres W. 1.



Os médicos católicos interrogam o Santo Padre sobre questões religiosas e morais relacionadas com a analgia

1 — *Existe obrigação moral de recusar sempre a analgia e aceitar a dor física por espírito de fé?*

«1) Os princípios fundamentais da anestesiologia, como ciência e como arte, e o fim a que ela tende, não levantam objecção. Combate forças que produzem efeitos prejudiciais, sob muitos aspectos, e dificultam um bem maior.

2) O médico, que a aplica, não entra em contradição nem com a ordem moral natural nem com o ideal especificamente cristão. O que procura, segundo a ordem de Deus (cfr. Gen. 1, 28), é submeter a dor ao poder do homem, e utiliza para isso as aquisições da ciência e da técnica, segundo os princípios que enunciámos e hão-de orientar as decisões nos casos particulares.

3) O paciente que deseja evitar ou acalmar a dor, pode sem inquietação de consciência utilizar os meios encontrados pela ciência, e que, em si mesmos, não são imorais. Circunstâncias particulares podem impor outra atitude; mas o dever geral de renúncia e purificação interior, que obriga os cristãos, não é obstáculo ao emprego da anestesia, porque esse dever pode-se cumprir de outra maneira.»

2 — *A privação da consciência e do uso das faculdades superiores, provocada pelos narcóticos, é compatível com o espírito do Evangelho?*

«Notemos primeiro que, no sono, a própria natureza interrompe, mais ou menos completamente, a actividade intelectual. Se num sono profundo, o uso da razão («usus rationis») não é inteiramente abolido e o indivíduo pode ainda gozar das suas faculdades superiores — o que S. Tomás de Aquino tinha já notado (S. Th. p. 1 q. 84 a. 8) —, o sono exclui todavia o «dominium rationis», o poder de a razão dirigir livremente a actividade humana. Se o homem se entrega ao sono, não se segue que proceda contra a ordem moral privando-se da consciência e do domínio próprio quanto ao uso das faculdades superiores. Mas é certo, também, que pode haver casos (e apresentam-se, muitas vezes), nos quais o homem não se deve entregar ao sono, mas deve continuar na posse das suas faculdades superiores para cumprir um dever moral.»

«A supressão da consciência pelo sono natural não oferece portanto, em si, dificuldade nenhuma; todavia é ilícito aceitar essa supressão, quando ela impede o

cumprimento de um dever moral. A renúncia ao sono natural pode, além disso, na ordem moral, exprimir, e pôr em acto uma tendência não obrigatória, em ordem ao aperfeiçoamento moral.»

«Mas a consciência de si pode, também, ser alterada por meios artificiais. Obter este resultado ou pela aplicação de narcóticos ou pela hipnose (que se pode chamar um analgésico psíquico), não traz qualquer diferença essencial sob o ponto de vista moral. A hipnose, contudo, mesmo considerada só em si, está submetida a certas regras.»

«Na questão que Nos ocupa, presentemente, trata-se de uma hipnose praticada pelo médico, ao serviço de um fim clínico, observando as precauções que a ciência e a moral médicas requerem, tanto do médico que a emprega como do paciente que a aceita. A esta utilização determinada da hipnose aplica-se o juízo moral que formulamos sobre a supressão da consciência.»

3 — a) *Nos moribundos ou doentes em perigo de morte, é lícito empregar narcóticos, no caso de existir uma indicação clínica a recomendá-los?*

«... como, segundo o espírito do Evangelho, o sofrimento contribui para expiar os pecados pessoais e adquirir maior cópia de méritos, aqueles, cuja vida está em perigo, têm certamente motivo especial para aceitá-lo, porque, com a morte próxima, esta possibilidade de ganhar novos méritos está em vias de desaparecer, em breve. Este motivo, porém, não interessa directamente ao médico que pratica a analgia, mas sim ao doente que deu para ela o necessário consentimento ou mesmo a pediu. Seria, evidentemente, ilícito praticar a anestesia contra a vontade expressa do moribundo (quando ele é «sui iuris»).»

«A pergunta encara, sobretudo, a hipótese de uma indicação clínica séria, por

exemplo, em caso de dores violentas e de estados doentios de depressão e angústia. O moribundo não pode permitir, e muito mesmo pedir ao médico que lhe provoque o estado de inconsciência, se com isso se coloca em estado de não poder satisfazer a deveres morais graves, por exemplo, ao dever de regular negócios importantes, de fazer o seu testamento, de se confessar.»

«Por outro lado, um médico consciencioso, embora não seja cristão, não cederá jamais às pressões de quem desejasse, contra a vontade do moribundo, fazer-lhe perder a lucidez, para o impedir de tomar certas decisões.

Quando, não obstante as obrigações que lhe incumbem, o moribundo pede a narcose e para a usar existem, no caso, motivos sérios, um médico consciencioso não se prestará a isso, sobretudo se for cristão, sem ter convidado o doente, por si mesmo, ou melhor ainda por intermédio de outrem, a cumprir antes os seus deveres. Se o doente obstinado se negar a tal cumprimento e persistir no pedido da narcose, o médico pode consentir-lhe, sem se tornar culpável de colaboração formal na falta cometida.»

Mas, se o doente cumpriu todos os seus deveres e recebeu os últimos sacramentos, se indicações médicas claras sugerem a anestesia, se não se ultrapassa na fixação das doses, a quantidade permitida, se se mediu cuidadosamente a intensidade e a duração desta, e o interessado consente — então nada se opõe: a anestesia é moralmente permitida.»

3 — b) *Será obrigatório renunciar à anestesia, se a acção mesma do narcótico tiver como efeito abreviar a duração da vida?*

Em primeiro lugar, toda a forma de eutanásia directa, isto é, de administração de narcóticos com o fim de provocar ou apressar a morte, é ilícita, porque nesse caso pretende-se dispor direc-

tamente da vida. Um dos princípios fundamentais, da moral natural cristã, é que o homem não é senhor nem dono, mas somente usufrutuário do seu corpo e da sua existência. Ora o homem arroga-se o direito de disposição directa da vida, toda a vez que quer encurtá-la como fim ou como meio. Na hipótese por vós encarada, trata-se, unicamente, de evitar ao paciente dores insuportáveis, por exemplo, em caso de cancro não susceptível de operação ou em caso de doenças incuráveis.

Se, entre a narcose e o encurtamento de vida, não existe nenhum nexo causal directo, posto por vontade dos interessados ou pela natureza das coisas (e seria o caso, se a supressão da dor não pudesse ser obtida senão por intermédio de encurtamento de vida), e se, pelo contrário, a administração de narcóticos pro-

duz por si mesma dois efeitos distintos, um o alívio das dores e o outro o encurtamento da vida, então é lícita; mas, ainda neste caso, é preciso ver, se há entre os dois efeitos proporção razoável, e se as vantagens de um compensam os inconvenientes do outro.»

«Em resumo, vós perguntais-Nos: «A supressão da dor e da consciência por meio de narcóticos (quando exigida por indicação médica) será permitida pela religião e pela moral, ao médico e ao paciente (mesmo ao aproximar-se a morte e prevendo-se que o emprego dos narcóticos abreviará a vida)?» Tem que responder-se: «Se não houver outros meios, e se, dadas as circunstâncias, isso não impedir o cumprimento de outros deveres religiosos e morais: Sim.»

(Discurso de 24 de Fevereiro de 1957)

Fundação Cuidar o Futuro

- Já pensou no que pode significar para si, como instrumento de trabalho metódico, um ficheiro pessoal bem organizado?
Ou ainda o que ele pode significar para alguém a cujo serviço o ponha
 - ... orientando o sentido crítico...
 - ... chamando a atenção para obras fundamentais?
- Aproveite para isso as fichas que vão saindo em cada número da «Presença», e que poderá juntar a outras que já tenha ou que venha a fazer sobre obras de interesse em qualquer domínio.
- ... e repare que há dois tipos de fichas: as verdes, reservadas para obras directamente ligadas ao tema central de cada número da revista; e as brancas para romance, biografia, etc.

Nós e o Ultramar

Há a distância a separar-nos. Mas nós podemos vencê-la, conhecendo melhor e vivendo mais conscientemente os problemas do Portugal de além mar

- Perspectivas de crescimento económico
- Cultura indígena
- Desinibalização
- Costumes
- Colonização
- Acção Missionária

são alguns dos assuntos a tratar no próximo número



Fundação Cuidar o Futuro